

RESULTADOS DA AUDIÊNCIA PÚBLICA NA CDH DO SENADO EM 08 09 2015, QUE TRATOU SOBRE O PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO SENADO Nº 43 DE 2015 - (PDC 43/2015), “QUE SUSTA A APLICAÇÃO DA NORMA REGULAMENTADORA Nº 12 (NR-12), QUE TRATA DA SEGURANÇA NO TRABALHO EM MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS”.



- 1- Retirada do Regime de Urgência pelo autor Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) para votação no Plenário do Senado (pois iriam votar nesta tarde), com a relatoria favorável do Senador Douglas Cintra (PTB-PE);
- 2- Esses dois Senadores irão requerer à Câmara dos Deputados, onde esta matéria já havia sido aprovada, para que retirem também o Regime de Urgência naquela Casa Legislativa;
- 3- Será apresentado um Requerimento pelo Senador Paim ao Presidente do Senado Renan Calheiros, para a realização de uma Sessão no Plenário do Senado, para apresentar e explanar plenamente o conteúdo da NR 12, seu conteúdo e a forma como foi aprovada, passando pela CTPP, Grupo Tripartite, Grupo Técnico de Trabalho, Consulta Pública e sobre os prazos concedidos na Norma, para ela entrassem em vigor em alguns itens na época, pois ela foi publicada em 2010;
- 4- Reabre-se um processo de entendimento e principalmente no que diz respeito à razoabilidade sobre este tema, com as partes interessadas: governo, empregadores e trabalhadores (tripartismo), sob a coordenação dos Senadores Cássio Cunha Lima (autor), Douglas Cintra (relator) e Senador Paulo Paim (Presidente da CDH);
- 5- Será apresentado pelo Senador Paulo Paim um Projeto de Lei sobre Segurança e Saúde no Trabalho, aprovado pelo Congresso Nacional, (como há na Espanha e em outros países), por sugestão do Dr. Zuher Handar (atual Presidente da ANAMT, Consultor da OIT no Brasil e, ex-secretário de Segurança e Saúde no Trabalho do MTE). Naturalmente após contribuições que serão apresentadas e amplamente debatidas com a sociedade.

Assista ao vídeo acessando o link: <https://www.youtube.com/watch?v=TSeOCTKCrM>

(José Augusto da Silva Filho - Consultor Técnico em Segurança do Trabalho, Técnico de Segurança do Trabalho e Auditor Líder de Sistemas em Segurança e Saúde no Trabalho da JS Técnicas & Soluções - Barueri - SP, e Consultor Técnico da Revista Proteção).

VEJAM AS MATÉRIAS ABAIXO PUBLICADAS PELA AGÊNCIA SENADO

Cássio Cunha Lima pede retirada de urgência para revogação da norma que trata de segurança no trabalho.



O senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) informou durante audiência na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) que irá pedir, nesta terça-feira (8), a retirada da urgência do Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 43/15, que revoga a Norma Regulamentadora 12 do Ministério do Trabalho, sobre a segurança em relação a máquinas e equipamentos no ambiente de trabalho.

Cunha Lima afirmou que guarda até hoje "com carinho" o diploma que recebeu do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) ao final dos trabalhos da Constituinte de 1988, de que seria um parlamentar confiável para a classe trabalhadora.

Para ele, a NR 12 é um avanço, mas informou também que foi procurado ainda no final do ano passado por uma série de representantes da classe empresarial, "dos setores micro ao macro", sobre as dificuldades para cumprir a norma na sua totalidade.

— Ouvi diversos relatos sobre máquinas que foram importadas da Suíça, da Alemanha e que ficavam paradas aqui por não se adaptarem à nossa legislação — afirmou, acrescentado que seu objetivo foi "abrir o debate".

O relator do PDS 43/15, senador Douglas Cintra (PTB-PE), também presente à reunião, informou que a discussão sobre a NR 12 é um pleito do pólo de moda e confecção de seu estado. Ele também concorda com a ampliação do debate.

Cunha Lima ainda elogiou o Ministério do Trabalho por sua disposição em negociar. Mas ele criticou a acusação da presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais (Sinait), Rosa Maria Campos, de que o Senado poderia se curvar a um "novo modelo que seria construído sobre o sangue dos trabalhadores".

— Nossa tarefa aqui é ouvir os dois lados e tentar mediar os conflitos numa sociedade complexa. Infelizmente no mundo real há sempre uma diferença entre o que se pretende com uma norma e a sua aplicação na prática — afirmou.

Como prova de seu compromisso com a segurança no trabalho, o senador informou ainda que sua emenda de bancada ao Orçamento de 2016 foi justamente para a construção da nova sede do Ministério Público do Trabalho em Campina Grande.

Acidentes com máquinas causam 12 amputações por dia e 601 mortes por ano



Somente entre 2011 e 2013, uma média de 12 trabalhadores foram amputados por dia em virtude de acidentes com máquinas e equipamentos no Brasil. A informação foi dada nesta terça-feira (8) pelo coordenador de Normatização e Programas do Ministério do Trabalho, Rômulo Machado, em audiência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

— Foram 13.724 amputados, é um número assustador. A isso se somam 601 óbitos. É quase um morto por dia útil de trabalho em nosso país — frisou.

A comissão discute o regime de urgência dado pelo Senado ao Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 43/15, que revoga a Norma Regulamentadora Nº 12 do Ministério do Trabalho, que trata sobre medidas de segurança a serem adotadas pelas empresas em relação a máquinas e equipamentos.

Entre 2011 e 2013, ocorreram 221.843 acidentes, sendo que uma média de 270 fraturas por semana acontecem apenas no manuseio de máquinas e equipamentos por parte dos trabalhadores. Machado revela que os representantes da classe trabalhadora admitem, assim como o Ministério, discutir com os empresários as dificuldades na implementação da norma por parte dos diversos setores, mas são contra a revogação total.

— É preciso deixar claro aos senadores que a Comissão Tripartite [envolvendo governo, empresas e trabalhadores] está trabalhando, e com prazos previstos para outubro. Vocês estão convidados a tomar parte, não é com um passe de mágica que vamos resolver esta situação — afirmou Machado, para quem a prioridade sempre deve ser dada à segurança do trabalhador.

Os senadores Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) e Douglas Cintra (PTB-PE), respectivamente autor e relator do PDL 43/15, acompanham a sessão.

Por Sergio Vieira EM 08/09/2015, 13h02 - Agência Senado.

Revogação de norma de segurança no trabalho perde urgência e terá debate



Por Sergio Vieira EM 08/09/2015 - Agência Senado

Ao final da audiência da Comissão de Direitos Humanos (CDH) que discutiu nesta terça-feira (8) o PDS 43/15, foi aprovado o pedido de retirada de urgência para a análise desta proposta pelo plenário do Senado. O projeto revoga a Norma Regulamentadora Nº 12 do Ministério do Trabalho, que trata sobre práticas de segurança no manuseio de máquinas e equipamentos por parte dos trabalhadores dentro das empresas.

Também foi aprovado o pedido para que o Plenário realize uma Sessão Temática sobre a proposta, e a participação de senadores no Grupo Tripartite do Ministério do Trabalho. De acordo com o presidente da Comissão, Paulo Paim (PT-RS), deverão se reunir com o Grupo Tripartite os senadores Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), Douglas Cintra (PTB-PE) e ele próprio. Cunha Lima e Cintra são, respectivamente, o autor e o relator do PDS.

Ainda foi aprovado o pedido para que a Câmara dos Deputados também retire a urgência de propostas semelhantes naquela Casa.

Cunha Lima

A proposta de retirada da urgência teve o apoio de Cunha Lima e de Douglas Cintra. O senador tucano informou durante a audiência que foi procurado, ainda no ano passado, por setores empresariais interessados em revogar a NR 12.

— Esta Norma é um avanço, mas nossa missão aqui é ouvir todo mundo, numa sociedade que é complexa. Estou feliz em ter aberto este debate.

Setores empresariais, desde microempresas a grandes grupos, reclamam que a norma, no seu todo, seria "inexequível". Antonio Carlos Henrique, presidente do Sindicato das Indústrias da Panificação em Santo André (SP), afirma que todo o setor no país "quebraria" se fosse cumpri-la totalmente.

Ele e outros empresários endossaram Cunha Lima, afirmando que estão abertos a negociar aperfeiçoamentos na norma. A mesma posição foi apresentada por Romulo Machado, do Ministério do Trabalho.

— Só é errado querer revogar a NR 12 como um todo. Não é com um passe de mágica que vamos resolver esta situação — acredita.



Ele garantiu que o Ministério continua trabalhando por meio da Comissão Tripartite Permanente, com prazos definidos inclusive para outubro, e acha positivo o Senado participar.

O técnico do Ministério apresentou números sobre acidentes em nosso país envolvendo máquinas e equipamentos, que considera "estranhadores".

— Somente entre 2011 e 2013, 12 trabalhadores por dia em média foram amputados. No total foram 13.724 amputados, é um número assustador. E a isto se somam 601 mortos, é quase um óbito por dia útil de trabalho — informou.

Machado disse ainda que, entre 2011 e 2013, ocorreram 221.843 acidentes, totalizando uma média de 270 fraturados por semana.

Em busca de aperfeiçoamentos

Cunha Lima elogiou o Ministério do Trabalho pela disposição em negociar. Porém ele criticou a acusação da presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais (Sinait), Rosa Maria Campos, de que o Senado poderia se curvar a um "novo modelo que seria construído sobre o sangue dos trabalhadores".

— Infelizmente no mundo real há sempre uma diferença entre o que se pretende com uma Norma e a sua aplicação na prática — diz.

Como prova de seu compromisso com a segurança no trabalho, informou que sua emenda de bancada ao Orçamento de 2016 foi justamente a construção de uma nova sede para o Ministério Público do Trabalho em Campina Grande.

O senador disse ainda que guarda "com carinho" até hoje o diploma que recebeu do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) ao final dos trabalhos da Constituinte de 1988, de que seria um parlamentar compromissado com a classe trabalhadora.

Mas considera também que seria um "preconceito" rejeitar sugestões apenas por virem de setores como a Confederação Nacional da Indústria.

— Tenho certeza que todos nós aqui queremos um setor produtivo forte. Eu ouvi diversos relatos sobre máquinas que foram importadas da Suíça, da Alemanha e que ficam paradas aqui por não se adaptarem à nossa legislação — disse.

Já Douglas Cintra informou que interessou-se por rever a NR 12, por ser este um pleito do pólo de moda e confecção dentro de seu Estado.

A posição de Paim

O presidente da CDH informou que irá se engajar na Comissão Tripartite, porém referiu-se como "uma audácia inacreditável" revogar toda a NR 12.

— É uma insanidade, uma agressão aos trabalhadores, algo que comparo à liberalização das terceirizações para as atividades-fim das empresas — acredita.

O senador ainda citou dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da Previdência Social, que demonstram que o Brasil é o quarto país no mundo em número de mortes e acidentes no trabalho. Só em 2013, foram cerca de 2.800 mortos.

— E ainda assim querem diminuir a proteção que existe. É desumano, e temos que resistir a esta onda conservadora.

Paim conclamou algumas das entidades presentes à audiência, como a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), a Nova Central Sindical e o Ministério Público do Trabalho, entre outras, a se mobilizarem, pois uma movimentação de mesmo teor estaria ocorrendo na Câmara dos Deputados.

— Lá tudo é possível, mas aqui no Senado não podemos nos balizar desta forma — afirma.

Paim e alguns dos participantes da audiência, como o juiz Luiz Colussi, da Anamatra, e Carlos Eduardo Lima, da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, também discordam do argumento de que a revogação da Norma seria necessária, pois as empresas brasileiras estariam perdendo competitividade.

Também refutam o argumento de que a NR 12 seria inconstitucional. Para eles, a norma consolida na prática regulamentações obrigatórias para o país, devido a acordos com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), dispositivos constitucionais e previsões legais.

Sindicalistas reagem

Outros sindicalistas também participaram da audiência. Para Rosa Maria Campos, do Sinait, revogar a NR 12 é que seria inconstitucional, pois entre outros pontos feriria acordos internacionais assinados pelo Brasil.

Ela ainda crê que tal movimentação faz parte de uma ampla articulação visando a retirada de direitos da classe trabalhadora, por meio do que vê como um predomínio desta visão hoje no Congresso.

— Mas vamos continuar fiscalizando, mesmo que revoguem esta Norma. A constituição está ao nosso lado — garante.

Francisco Pereira, da União Geral dos Trabalhadores, afirma "estranhar" a articulação que percebe nos meios patronais contra as Comissões Tripartites do Ministério do Trabalho, que seria o verdadeiro alvo destes setores.

— Estão começando com a NR 12, mas na Câmara já há questionamentos em relação a diversas outras Normas — informou ele, para quem "modernizante" seria ampliar os direitos dos trabalhadores, não suprimi-los.

Luís Carlos Oliveira, da Força Sindical, por sua vez, garante que nunca viu uma empresa quebrar por cumprir normas de segurança, "e não será a NR 12 que vai fazer isso".

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado) 08/09/2015

Sindicatos de empregados e patrões concordam sobre necessidade de normas reguladoras de maquinário.

Veja este título acima acessando o link abaixo:

http://www.senado.leg.br/noticias/tv/plenarioComissoes2.asp?IND_ACESSO=S&cod_midia=414356&cod_video=416966

Cordialmente,
José Augusto da Silva Filho

*(José Augusto da Silva Filho - Consultor Técnico em Segurança do Trabalho, Técnico de Segurança do Trabalho e Auditor Líder de Sistemas em Segurança e Saúde no Trabalho da JS Técnicas & Soluções - Barueri - SP, e Consultor Técnico da Revista Proteção).
augusto@js.srv.br*